****

**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**

**PREFEITURA DE TOROPI**

**LICITAÇÃO: TOMADA DE PREÇOS 09/2017**

 **MENOR PREÇO GLOBAL**

 O Prefeito Municipal de Toropi, Sr. LAURO SCHERER, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, TORNA PÚBLICO, para conhecimento dos interessados, que às 09:00 horas do dia 18 de Outubro de dois mil e dezessete, a Comissão de Licitações se reunirá com a finalidade de receber propostas para a execução da obra de ampliação da Escola Municipal de Educação Infantil Toropi/ RS.

**1. DO OBJETO**

1.1 - Execução de obra de Ampliação da Escola Municipal de Educação Infantil Toropi/RS, cuja área de 112,50m², conforme projeto arquitetônico, memorial descritivo, planilha orçamentária e cronograma Físico Financeiro.

1.2 As especificações referentes à forma de execução do objeto licitatório constarão na forma de anexos os quais deverão ser tidos como padrão de execução, como:

ANEXO I – Minuta de Contrato;

ANEXO II - Projeto Arquitetônico;

ANEXO III – Cronograma físico-financeiro;

ANEXO IV – Memorial Descritivo;

ANEXO V – Planilha Orçamentária;

ANEXO VI - Credenciamento;

ANEXO VII - Declaração de cumprimento de habilitação;

1.3 Não poderão participar desta licitação as empresas que:

1.3.1 Encontrem-se em processo de falência, concordata ou recuperação;

1.3.2 Estejam cumprindo sanção de suspensão do direito de licitar ou de declaração de inidoneidade imposta pela Administração Pública, entendido esta como a Administração Direta e Indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, abrangendo inclusive as entidades com personalidade jurídica de direito privado sob controle do Poder Público e das fundações por ele instituídas ou mantidas.

1.3.3 Os proponentes deverão ter pleno conhecimento dos termos deste edital e seus anexos, sem poder invocar qualquer desconhecimento como elemento impeditivo da correta execução do objeto.

**2.CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO**

 2.1 Poderão participar do presente Edital de Tomada de Preços todas as Empresas cadastradas ou que até 72 (setenta e duas) horas antes do recebimento dos envelopes venham a se cadastrar ou requerer seu cadastro na Prefeitura Municipal de Toropi – RS, junto ao Setor de Cadastros sito á Rua Fernando Ferrari, 235, no horário das 08 (oito) horas às 12 (doze) horas e das 13 (treze) horas às 15 (quinze) horas. A documentação para cadastro encontra-se disponível no site: www.toropi.rs.gov.br

2.2 – Somente poderão participar da licitação empresas, que adquirirem e atenderem às exigências deste edital.

 2.3 – Só poderão participar do presente certame empresas que tenha condições de atender plenamente o objeto ora licitado.

 2.4 – Será vedada a participação de empresas na licitação quando:

 2.4.1 Declaradas inidôneas por ato de Poder Publico;

 2.4.2 Sob processo de concordata ou falência;

 2.4.3 Impedidas de licitar, contratar, transacionar com a Administração Pública ou quaisquer de seus órgãos descentralizados;

 2.4.4 Somente poderão participar da presente licitação as empresas cadastradas até o terceiro dia anterior ao recebimento das propostas nos termos do disposto no § 2º do art. 22 da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores.

**3 – DOS PRAZOS**

3.1 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á a do vencimento.

3.2 Só se iniciam e vencem os prazos referidos neste item em dia de expediente na Prefeitura Municipal de Toropi – RS.

3.2 As obras, objeto deste Edital de Tomada de Preços, deverão ser efetivadas em prazo máximo não superior a 120 (cento e vinte dias) dias, iniciada a contagem a partir do recebimento da Ordem de Serviço.

3.3 O prazo que se refere o item anterior poderá ser prorrogado, no máximo trinta dias, desde que solicitado a autoridade competente a prorrogação, esta aceite, em prazo mínimo de 20 (vinte) dias antes do término do contrato, comprovando a justa causa do pedido.

3.4 A Prefeitura Municipal de Toropi – RS convocará a licitante vencedora para assinatura do Termo de Contrato, que deverá ser celebrado no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a partir do recebimento da convocação.

3.5 Este prazo poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado durante o seu transcurso pela parte desde que ocorra motivo justificado, aceito pela Prefeitura Municipal de Toropi, promotora da licitação.

3.6 O prazo para início dos trabalhos fica fixado em 05 (cinco) dias a partir do recebimento da Ordem de Serviço.

3.7 Fica facultado a Prefeitura Municipal de Toropi – RS, quando o convocado não assinar o termo de contrato ou não aceitar a retirar o instrumento equivalente, no prazo e nas condições equivalentes, CONVOCAR os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto aos preços, ou revogar a licitação, independente da combinação prevista no Edital (DAS PENALIDADES).

3.8 As licitantes que tiverem eventuais dúvidas de caráter legal ou técnico na interpretação dos termos deste Edital, serão atendidas durante o horário de expediente da Prefeitura Municipal de Toropi-RS, pela Comissão de Licitações, até quinze dias antes da data marcada para recebimento dos envelopes.

3.9 Quando todas as propostas forem desclassificadas, a Prefeitura Municipal de Toropi – RS promotora da Licitação poderá fixar aos licitantes o prazo de 15 dias úteis para apresentação de outras escoimadas das causas que originaram a desclassificação.

**4. DA HABILITAÇÃO**

 Para efeitos de habilitação, os interessados deverão apresentar os seguintes documentos:

**4.1. Habilitação Jurídica:**

a) Documentação de habilitação jurídica em anexo;

b) Cédula de Identidade;

c) Registro Comercial no caso de Empresa Individual;

d) Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de Sociedades Comerciais, e, no caso da Sociedade por Ações, acompanhado de documentos de eleições de seus administradores;

**4.2 Regularidade Fiscal:**

a) Prova de inscrição do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

b) Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal, sendo a última do domicilio ou da sede do solicitante;

c) Prova de regularidade junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

d) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Titulo VII-A da consolidação da s Leis do trabalho.

**4.3 Qualificação Técnica -**

a) Registro ou inscrição da empresa e do(s) responsável(eis) técnicos na entidade profissional competente, no caso, o Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA, ou o Conselho de Arquitetura e Urbanismo - CAU;

b) Comprovação do licitante de possuir em seu quadro permanente, na data prevista para a entrega da proposta, profissional de nível superior ou outro devidamente reconhecido pela entidade competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes, limitadas estas exclusivamente às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação, vedada exigências de quantidades mínimas ou prazos máximos;

c) Declaração de submissão à fiscalização técnica e controle da Prefeitura Municipal de Toropi – RS promotora da Licitação ou a quem possa expressamente determinar.

4.4.5 Os documentos constantes no item 4 (não obtidos via on-line) poderão ser apresentados em original, por cópia autenticada por tabelião ou por funcionário do município de Toropi.

**5 – DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS**

5.1. As propostas serão recebidas pela Comissão de Licitação no dia, na hora e local mencionado no preâmbulo, em 1 (uma) via datilografada, ou impressa por meio eletrônico, assinada em sua ultima folha e rubricada nas demais pelo proponente ou seus procuradores constituídos, sem entrelinhas, emendas ou rasuras, em dois envelopes distintos, fechados, contendo, na sua parte externa fronteira, a seguinte descrição.

**5.1.I.**

**AO**

**MUNICÍPIO DE TOROPI**

**EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 09/2017**

**ENVELOPE Nº 01 - DOCUMENTAÇÃO**

**PROPONENTE: (NOME COMPLETO DA EMPRESA)**

**DATA: 18/10/2017 ÁS 09:00**

**5.1.II**

**AO**

**MUNICÍPIO DE TOROPI**

**EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 09/2017**

**ENVELOPE Nº 2 – PROPOSTA**

**PROPONENTE: (NOME COMPLETO DA EMPRESA)**

**DATA: 18/10/2017 ÁS 09:00**

**5.1.I – O envelope nº 1 deverá conter:**

a) A documentação referente a habilitação, os documentos descritos nos subitens 4.1, 4.2, 4.3 . Os documentos dos subitens deverão ser inseridos no envelope.

b)Declaração de que caso a empresa licitante for vencedora do certame, deverá efetuar Garantia da proposta, nas mesmas modalidades e critérios previstos no caput e §1º do art. 56 da lei 8.666/93, cujo valor será de 5% (cinco por cento) do valor do objeto da Contratação. Será exigida a comprovação na assinatura do contrato

c) Declaração da licitante de que não foi declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública.

d) As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, para assegurar o estabelecido na Lei Complementar nº. 123, de 14 de dezembro de 2006, a qual institui o Estatuto da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, deverão apresentar para a Comissão Permanente de Licitações, no ato da sessão de abertura do procedimento licitatório, declaração de enquadramento das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, devidamente assinado pelo seu representante contábil.

e) Poderá fazer uso da palavra durante a abertura dos envelopes o proprietário ou sócio da empresa. Caso seja representante deverá estar devidamente procurado para o respectivo certame.

**5.2.II – O envelope nº 2 deverá conter, OBRIGATORIAMENTE SOB PENA DE DESCLASSIFICAÇÃO:**

a) Declaração de validade da proposta não inferior a sessenta dias;

b) Proposta de Preços em reais, contendo o valor total da obra e o prazo de execução dos serviços.

c) Planilha Orçamentária, Cronograma Físico-financeiro, ou de desempenho assinado pelo responsável técnico da licitante, cujo nome, título e registro, deverão constar de maneira legível e clara no documento; todos de acordo com os anexos deste edital.

d) Relação da Equipe Técnica e Administrativa, permanente e eventual, que ficará vinculada ao objeto da licitação, discriminando individualmente o vinculo empregatício de cada profissional com a licitante;

e) Poderão ser exigidos documentos complementares e planilhas de preços a serem apresentados apenas pela licitante vencedora, caso em que será afixada data, local e hora de entrega.

f) Serão considerados para fins de julgamento os valores constantes no preço até, no máximo duas casas decimais após a vírgula.

f) Quando o proponente for cooperativa deverá observar o disposto no artigo 22 da lei federal nº 8212/91 quando da elaboração da proposta.

**6 – DO JULGAMENTO**

6.1 A presente licitação será processada e julgada com observância do seguinte procedimento:

I – Abertura dos envelopes “HABILITAÇÃO” e sua apreciação;

II – Devolução dos envelopes “PROPOSTAS”, fechados, aos concorrentes inabilitados, desde que não tenha havido recurso ou após sua denegação;

III – Abertura dos envelopes “PROPOSTAS” dos concorrentes habilitados, desde que transcorrido o prazo sem interposição de recurso, ou tenha havido desistência expressa, ou após o julgamento dos recursos interpostos;

IV – Classificação das propostas;

V – Deliberação de autoridade competente.

6.2 A abertura dos envelopes “HABILITAÇÃO” e “PROPOSTAS” serão realizadas sempre em ato público previamente designado, do qual se lavrará ata circunstanciada, assinada pelos licitantes presentes, facultativamente e pela comissão.

6.3 Todos os documentos e envelopes “PROPOSTAS” serão rubricados pelos licitantes e pela comissão.

6.4 É facultada a Comissão, em qualquer fase da licitação a promoção de diligência, destinada a esclarecer ou complementar a construção do processo.

6.5 Ultrapassada a fase de habilitação e abertas às propostas, não mais cabe desclassificar as licitantes, por motivo relacionado com habilitação jurídica, qualificação técnica, qualificação econômico-financeira e regularidade fiscal, salvo em razão de fatos supervenientes, ou só conhecidos após o julgamento.

6.6 No julgamento das propostas, a Prefeitura Municipal de Toropi, deverá levar em consideração o seguinte fator:

I – Proposta de Menor Preço Global do objeto;

II – Quando o proponente se tratar de Cooperativa será acrescido, para fins de julgamento, o percentual de 15 % relativo ao INSS sobre a mão-de-obra, conforme disposto na Lei Federal nº 8212/9.

6.7 Será obrigatória a justificativa por escrito da Comissão Julgadora, quando não for escolhida a proposta de menor preço.

6.8 A Prefeitura Municipal de Toropi não deverá considerar:

1. Qualquer vantagem não prevista no Edital, nem preço ou vantagem baseada nas ofertas dos demais licitantes;
2. Proposta que apresenta preços simbólicos, irrisórios ou de valor zero, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos.

6.9 O julgamento das propostas deverá ser objetivo, devendo, a Comissão de licitações, realizá-lo em conformidade com o tipo de licitação previamente estabelecidos no ato convocatório e de acordo com fatores exclusivamente neles contidos.

6.10 A Comissão Julgadora desclassificará;

I – As propostas que não atendem as exigências do ato;

II – As propostas com preços excessivos ou manifestadamente inexeqüíveis.

6.11 Quando todas as propostas forem desclassificadas, a Prefeitura Municipal de Toropi-RS poderá fixar aos licitantes o prazo de 8 (oito) dias úteis para apresentação de outras, escoimadas das causas referidas no subitem anterior.

6.12 Decairá o direito de impugnar, perante a Prefeitura Municipal de Toropi-RS os termos do Edital de Licitação, aquele licitante que tendo-o aceito sem objeção, venha apontar, depois do julgamento, falhas ou irregularidades que o viciarem, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.

6.13 A inabilitação do licitante importa preclusão do direito de participar das fases subseqüentes.

6.14 No caso de igualdade ou empate de duas ou mais propostas, a Comissão Julgadora convidará, por escrito, os licitantes empatados a participarem de sorteio público o qual determinará o vencedor.

6.15 Aprovado e homologado o julgamento da licitação, conhecido o licitante vencedor, a Comissão de Julgamento convocará para, no prazo fixado no item 3.5, deste Edital, através de seu representante credenciado, assinar o contrato com a Prefeitura Municipal de Toropi.

6.16 O descumprimento desse prazo por parte do licitante vencedor faculta a Comissão Julgadora convocar, pela ordem de classificação, outros licitantes no mesmo prazo e condições contratuais estabelecidas.

6.17. Idêntica faculdade se oferece a Comissão Julgadora se a empresa vencedora desistir da adjudicação das obras, antes da assinatura do contrato ou recebimento da Ordem de Serviço.

6.18 Quando se apresentar somente uma empresa concorrente, a análise e julgamento dos documentos e propostas ficam a critério da Comissão de Licitação, atendidos às previsões legais, do Edital e ao interesse público.

6.19. Não serão consideradas as propostas que deixarem de atender, no todo ou em parte qualquer das disposições deste Edital, bem como aquelas manifestadas inexeqüíveis, presumindo como tais as que contiverem preços vis ou excessivos, face aos preços correntes no mercado.

6.20. Não serão admitidas, sob quaisquer motivos, alterações ou substituições das propostas ou de quaisquer documentos.

6.21. Poderão ser aceitas as propostas que conterem erros de cálculos nos preços propostos, reservando-se a Comissão de Licitações o direito de corrigi-los da seguinte forma:

I – O erro na multiplicação dos preços unitários pelas quantidades correspondentes, será retificado mantendo-se o preço unitário e quantidade, corrigindo-se o produto.

II – O erro da adição será retificado conservando-se as parcelas corretas, trocando-se o total proposto pelo corrigido.

6.22.Nos preços deverão constar e ser computadas todas as despesas, indispensáveis a realização das obras, inclusive instalação de canteiro de serviço, quando houver, limpeza final da obra, sinalização, energia elétrica, consumo de combustível, materiais de expediente, mão-de-obra, materiais, máquinas e equipamentos, encargos das leis sociais e quaisquer despesas acessórias e necessárias, não especificada neste Edital, e relativa aos trabalhos, objeto desta licitação.

6.23. Os preços serão considerados completos e suficientes para a execução das obras, objeto desta licitação, sendo desconsiderada qualquer reivindicação de pagamento adicional quando devida a erro ou má interpretação por parte da licitante.

**7 – DA GARANTIA DO CONTRATO**

 7.1 A critério do banco, em cada caso, e desde que prevista no Edital, poderá ser exigida prestação de garantia nas contratações de obras.

 Parágrafo Único – São modalidades de garantias:

 I – Caução em dinheiro, em títulos da dívida da União ou fidejussória.

 II – Fiança Bancária.

 III – Seguro-garantia

7.2 As garantias a que se refere os incisos I , II e III do subitem anterior será de 5 % (cinco por cento) do valor do contrato.

7.3 A carta de Fiança Bancária será obrigatoriamente apresentada no seu original e terá a validade por todo o período de execução do contrato.

7.4 Além da garantia do contrato, a contratante se reserva o direito de exigir compromisso de entrega de material ou equipamento firmado pelo fabricante ou por seu representante autorizado.

7.5 A contratante poderá exigir da licitante vencedora, seguro para cobertura de danos pessoais ou materiais porventura causados em decorrência da execução do objeto do Contrato.

7.6 A garantia prestada pela licitante vencedora será liberada após o recebimento definitivo das obras, e emissão do respectivo termo. Contudo reverterá a garantia em favor a Contratante, no caso de rescisão do Contrato por culpa exclusiva da licitante vencedora, sem prejuízo da indenização por perdas e danos porventura cabíveis.

7.7 Garantia de 5 (anos) do recebimento da obra.

**8 – DA FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO**

8.1 O contrato a ser firmado entre a Prefeitura Municipal de Toropi – RS e a Licitante Vencedora, observadas as condições constantes neste Edital, terá suas cláusulas estabelecidas pela primeira.

8.1.1 Será fornecido aos interessados, sempre que possível, a minuta do futuro contrato.

8.2 O prazo pertinente a formalização do contrato, dentre outros referentes, estão previstos no item 3 (DOS PRAZOS) do presente Edital.

8.3 O contrato deve mencionar, no preâmbulo, os nomes das partes e de seus representantes, a finalidade, o ato que autorizou a sua lavratura, o número do processo da licitação ou dispensa, a sujeição dos contratantes às normas da Lei nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993, e as cláusulas contratuais.

8.4 A desistência da Prefeitura Municipal de Toropi-RS de contratar com a licitante melhor classificada, não confere a esta o direito à indenização ou reembolso de qualquer espécie.

8.5 Ao ser convocada para assinatura do termo de contrato, a licitante vencedora deverá apresentar, no prazo máximo de dez dias úteis, a documentação indispensável a sua formalização.

**9 – DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO**

9.1 O contrato poderá ser alterado nos seguintes casos:

I – Unilateralmente pela contratante:

a) Quando houver modificação do projeto ou das especificações. Para maior adequação técnica aos seus objetivos.

b) Quando necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo, alteração ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos pela Lei nº 8.883/94.

II – Por acordo das partes:

1. Quando conveniente a substituição da garantia de execução.
2. Quando necessária a modificação do regime de execução ou modo de fornecimento, em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários.
3. Quando necessária a modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial.

9.1.1 A licitante vencedora fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas obras, até 25% do valor inicial do contrato.

9.1.2 Se no contrato não houverem sidos contemplados preços unitários para as obras, esses serão fixados mediante acordo entre as partes, respeitados os limites fixados no subitem anterior.

9.1.3 No caso de supressões das obras, se a licitante vencedora já houver adquirido os materiais e posto no local dos trabalhos, deverão ser pagos pela contratante, pelos custos de aquisição, regularmente comprovado.

9.1.4 No caso de acréscimo nas obras, os adiantamentos contratuais poderão ultrapassar os limites previstos no subitem 8.1.1 deste item desde que não haja alteração no objeto do Contrato.

9.1.5 Quaisquer tributos ou encargos legais, criados, alterados ou extintos, após assinatura do contrato, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicaram a revisão destes para mais ou para menos, conforme o caso.

9.1.6 Em havendo alteração unilateral do contrato, que aumente os encargos da licitante vencedora, a contratante deverá restabelecer, por adiantamento, o equilíbrio econômico-financeiro inicial.

**10 – DA EXECUÇÃO DO CONTRATO**

10.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avançadas, respondendo cada qual pelas conseqüências de sua inexecução total ou parcial.

10.2 A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por um representante da Contratante, Sendo o Engenheiro do Município ou seu representante.

10.2.1 O representante da contratante anotará em livro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do Contrato, determinando o que for necessário a regularização das faltas ou defeitos observados. As decisões de providências que ultrapassem a sua competência serão solicitadas aos seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

10.3 A licitante vencedora deverá manter no local das obras preposto aceito pela contratante, para representá-la na execução do Contrato.

10.4 A licitante vencedora é obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstituir ou substituir, as suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificar vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados.

10.5 A licitante vencedora é responsável pelos danos causados diretamente à contratante ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato, não excluindo ou reduzindo esta responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado.

10.6 A licitante vencedora assume inteira e expressa responsabilidade pelas obrigações sociais e de proteção a seus empregados, bem como, pelos encargos previdenciários, tributários, fiscais e comerciais resultantes da execução do Contrato.

10.7 É de responsabilidade da licitante vencedora a matrícula no INSS das obras, bem como, a sua baixa ao final da obra, sem qualquer custo para administração municipal.

10.8 A inadimplência da licitante vencedora, com referência aos encargos referidos neste item, não transfere a contratante a responsabilidade de seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato ou restringir a regularização e o uso das obras e edificações, inclusive perante o Registro de imóveis.

10.9 A licitante vencedora será responsável pelo recolhimento dos valores das ART's necessárias para execução do objeto e apresentação a Prefeitura Municipal de Toropi para iniciar a obra.

10.10 Nenhuma das fases do objeto poderá ser terceirizada pela licitante vencedora, logo, é do seu encargo e responsabilidade todas as fases constantes no objeto.

10.11 O licitante vencedor deverá entregar ao representante fiscal da Administração Municipal, antes do início da obra, o planejamento de segurança e prevenção de acidentes devidamente assinado por um técnico ou especialista em segurança do trabalho, com o respectivo registro profissional na entidade competente, juntamente com a ART ou RRT. Poderá ser exigido a ART ou a RRT de projeto e de execução de segurança do trabalho.

10.12 É obrigatório o uso de EPI’s, no local da obra, sob risco de aplicação de penalidades a licitante vencedora.

10.13 É de responsabilidade da licitante vencedora disponibilizar e custear os EPI’s aos funcionários da Obra.

10.14 - A licitante vencedora, na execução do contrato não poderá subcontratar parte(s) da(s) obra(s).

10.15 - O licitante vencedor é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

**11 – DA INEXECUÇÃO E DA RESCISÃO DE CONTRATO**

11.1 A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as conseqüências contratuais e as previstas em lei.

Constituem motivo para rescisão do contrato:

I – O não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos e prazos;

II – O cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, projetos e prazos;

III – A lentidão no cumprimento, levando a contratante a presumir a não conclusão de obras, nos prazos estipulados;

IV – O atraso injustificado no início das obras;

V – A paralisação das obras, do serviço ou do fornecimento sem justa causa e prévia comunicação Administração;

VI – A subcontratação parcial ou total do seu objeto, a associação do contratado ou de outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, exceto se admitida no Edital e ou no contrato, bem como a fusão, cisão ou incorporação, que afetem a boa execução deste;

VII – O desentendimento das determinações regulares da autoridade designada para fiscalizar e acompanhar sua execução, assim como as de seus superiores;

VIII – O cometimento reiterado de faltas na sua execução anotadas na forma do subitem 10.3.1;

IX – A decretação de falência, o pedido de concordata ou instauração de insolvência civil da empresa licitante ou de seus sócios-diretores;

X – A dissolução da sociedade ou falecimento do contratado;

XI – A alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que a juízo da contratante, prejudique a execução do contrato;

XII – O protesto de títulos ou a emissão de cheques sem suficiente previsão, que caracterizarem a insolvência da licitante vencedora;

XIII – Razões do interesse público;

XIV – a supressão, por parte da contratante, de obras, acarretando modificação do valor inicial do contrato, além do limite permitido neste Edital.

XV – A suspensão de sua execução por ordem escrita da contratante, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou pública;

XVI – O atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela contratante, decorrente de obras, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra;

XVII – A não liberação, por parte da contratante, de área local ou objeto para execução das obras, nos prazos contratuais;

XVIII – A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva de execução de contrato.

11.2 Caso a empresa proponente vencedora da licitação, não execute total ou parcialmente quaisquer itens previstos, a contratante reserva-se o direito de executá-los, diretamente ou através de terceiros, hipótese em que aquela empresa responderá pelos custos, através de glosas de crédito e/ou pagamentos diretos a contratante.

**12 – DAS PENALIDADES**

12.1 A recusa da adjudicatária em assinar, aceitar ou reiterar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Prefeitura Municipal de Toropi-RS, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-a às penalidades aludidas neste edital.

12.2 O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado à multa de mora, fixada na norma prevista no instrumento convocatório ou no contrato.

12.3 A multa a que alude o subitem anterior não impede que a Prefeitura Municipal de Toropi-RS rescinda unilateralmente o contrato e aplique as outras sanções previstas neste Edital.

12.4 Pela inexecução total ou parcial do contrato, a Prefeitura Municipal de Toropi-RS poderá, garantida prévia defesa, aplicar ao contratado as seguintes sanções:

I – Advertência;

II – Multa, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato;

III – Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Toropi-RS, por um prazo não superior a 02 (dois) anos;

IV – Declaração de idoneidade para licitar ou contratar com a Administração Estadual ou Municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

12.5 A sanção estabelecida no inciso IV do subitem 12.4 é alçada da autoridade competente, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de 10(dez) dias da abertura de vista.

12.6 Será aplicada multa de 0,33% (zero, trinta e três décimos pó cento) ao dia, até que o trigésimo dia de atraso, sobre o valor do objeto contratual não realizado, quando a licitante vencedora, sem justa causa, deixar de cumprir, dentro do prazo estabelecido, a obrigação assumida.

12.7 Será aplicada multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da contratação, quando a licitante vencedora:

I – Recusar-se a assinar o contrato, estando a sua proposta de validade.

II – Recusar-se a efetuar o recolhimento da garantia;

III – Prestar informações inexatas ou criar embaraços a fiscalização;

IV – Transferir ou ceder suas obrigações, no todo ou em parte, a terceiros, sem prévia autorização da contratante;

V – Executar o objeto contratual em desacordo com os projetos e normas técnicas ou especificações, independente da obrigação de fazer as correções necessárias, as suas expensas;

VI – Desatender as determinações da fiscalização;

VII – Cometer qualquer infração as normas legais, federais, estaduais e municipais, respondendo ainda palas multas aplicadas pelos órgãos competentes em razão da infração cometida;

VIII – Cometer faltas reiteradas na execução do objeto contratual;

IX – Não iniciar sem justa causa, a execução do objeto contratual, prazo fixado;

12.8 Será aplicada multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor da contratação, quando a licitante vencedora:

I – Ocasionar sem justa causa, atraso superior a 30 (trinta) dias na execução do objeto contratual;

II – Recusar-se a executar, sem justa causa, no todo ou em parte o objeto contratual;

III – Praticar, por ação ou omissão, qualquer ato que, por imprudência, negligência, imperícia, dolo ou má fé, venha a causar dano a contratante ou a terceiros, independentemente da obrigação da licitante vencedora de reparar danos causados.

12.9 As sanções previstas nos incisos III e IV do subitem 11.4, poderão também ser aplicadas as empresas ou profissionais que, em razão dos contratos redigidos pela Lei 8.666 de 21 de junho de 1993:

I – Praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal, recolhimentos de qualquer tributo;

II – Praticarem atos ilícitos, visando a frustrar os objetivos da licitação;

III – Demonstrarem não possuírem idoneidade para contratar com a Administração;

**13 – DOS RECURSOS**

13.1 Dos atos da Comissão permanente de licitações cabem:

I – Recurso no prazo de 03 (Três) dias úteis, a contar da intimação do ato ou da lavratura da ata, nos casos de:

a) Habilitação ou inabilitação do licitante;

b) Julgamento das propostas;

c) Anulação ou renovação da licitação;

d) Indeferimento do pedido de inscrição e em registro cadastral, sua alteração ou cancelamento;

e) Rescisão do contrato, a que se refere o artigo 78, da Lei nº 8.666/93, aplicação das penas de advertência, suspensão temporário ou de multas;

II – Representação, no prazo de 03 (Três) dias úteis da intimação da decisão relacionada com o objetivo da licitação ou no contrato, de que não caiba recursos hierárquicos;

III – Pedido de reconsideração, da pena de idoneidade, no prazo de 10 (dez) dias úteis da intimação do ato;

13.1.1 A intimação dos atos referidos no inciso I, alíneas “a”, “b”, “c” e “e”, deste subitem, excluídos os de advertências e os de multa de mora, e no inciso III, será feita mediante publicação na imprensa oficial. Nos casos de habilitação ou inabilitação de licitante e de julgamento de propostas, se presente os prepostos dos licitantes ao ato em que foi adotada a decisão, poderá ser feita por comunicação direta aos interessados e lavrada em ata.

13.1.2 O recurso previsto na alínea “a” do inciso I, deste subitem, terá efeito suspensivo. A autoridade competente poderá, motivadamente e presente razões de interesse público, atribuir ao recurso interposto eficácia suspensiva, nos casos previstos nas alíneas “b” e “e”, do inciso I, deste subitem.

13.1.3 Interposto o recurso, será comunicado aos demais licitantes, que poderão impugná-lo no prazo de 03 (Três) dias úteis.

13.1.4 O recurso será dirigido á autoridade superior, por intermédio da que praticou o ato recorrido, a qual poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 03 (Três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, fazê-lo subir, devidamente informado. Neste caso, a decisão deverá ser proferida dentro do prazo de 03 (Três) dias úteis, contado do recebimento do recurso.

13.2 O recurso e o pedido de reconsideração interposto fora do prazo não serão conhecidos.

**14 – DAS MEDIÇÕES**

14.1 As medições das obras e dos serviços estarão vinculados ao cronograma físico-financeiro.

**15 – DO PAGAMENTO**

15.1 O pagamento das obras licitadas será efetivado em parcelas mensais de valor correspondente aos serviços realizados pela licitante vencedora, conforme o cronograma físico-financeiro, desde que verificados e certificados pela fiscalização do Município. Ainda, mediante apresentação dos seguintes documentos pela licitante vencedora:

 a) laudo de vistoria do engenheiro do município de Toropi, contendo: serviço realizado; valor a ser liberado; fase respectiva; autorização de pagamento; e demais dados considerados pertinentes pela engenharia.

 b) nota fiscal respectiva contendo: descrição sumária dos serviços realizados; respectiva fase a que a nota faz referência; e devidos tributos e valores pertinentes.

 c) cópia da folha de pagamento (dando plena quitação de salários, INSS, FGTS, adicionais e demais vantagens) de todos os funcionários participantes na obra, no período respectivo ao pagamento.

 d) declaração (devidamente assinada pelo diretor geral e pelo responsável contábil pela empresa) de que a empresa recolheu, no período respectivo, todos os valores, exigidos pela legislação, referente a encargos ou tributação, resultantes da execução do objeto respectivo.

 e) ao último pagamento deverá ser acrescida cópia do recebimento da CND da Obra junto ao INSS (ficando todos os encargos a cargo da licitante vencedora).

**16 – RECEBIMENTO DO OBJETO**

16.1 Executado o contrato, o seu objeto será recebido:

I – Em se tratando de obras e serviços:

a) Provisoriamente, pelo responsável pelo seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, dentro de 15 (quinze) dias da comunicação escrita da licitante vencedora;

b) Definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, após decurso do prazo de observação, ou de vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais, observados o disposto no subitem 9.4.

16.1.1 O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança da obra, nem a ético-profissional, pela perfeita execução do contrato.

16.1.2 O prazo a que se refere a alínea “b”, inciso I, deste subitem não poderá ser superior a cento e vinte dias, salvo em casos excepcionais, devidamente justificados e previstos no Edital.

16.1.3 Nos casos de aquisição de equipamento de grande vulto, o recebimento far-se-á mediante termo circunstanciado e, nos demais mediante recibo.

16.2 Salvo disposições em contrário, constante no Edital, os ensaios, testes e demais provas exigidos por normas técnicas oficiais para boa execução do objeto do contrato, correm por conta da licitante vencedora.

16.3 A Administração Municipal rejeitará no todo ou em parte, obras, se em desacordo com o contrato.

**17 – DO REAJUSTE**

17.1 Os preços contratuais não poderão ser reajustados.

**18 – DA RESPONSABILIDADE E OBRIGAÇÃO**

18.1 A licitante vencedora declara ter pleno conhecimento do local onde se executará os objetos da licitação, e de suas condições pelo que reconhece ser perfeitamente viável o cumprimento integral e pontual das obrigações assumidas.

18.2 A licitante vencedora se obriga

I – A substituir, no prazo máximo de uma semana, pessoa ou empregado que cuja permanência no local de execução do objeto da licitação seja de sua responsabilidade e esteja prejudicando o bom andamento dos trabalhos.

II – A refazer as suas expensas, quaisquer obras e serviços executados em desobediência às Normas Técnicas Vigentes.

III – A remover, após a conclusão dos trabalhos. Entulhos, restos de materiais e lixos de qualquer natureza, das obras objeto da presente licitação.

IV – A cumprir todas as normas regulamentadoras sobre a Medicina do Trabalho.

V – Construir e manter seus escritórios, alojamentos e demais dependências, no canteiro de obras, dentro de condições de absoluta higiene.

VI – A efetuar o registro no CREA, em observância ao disposto na Lei nº 6.496, de 07 de setembro de 1997.

VII – fornecer todo o material necessário para a correta execução do objeto, bem como realizar todos o s serviços.

18.3 A licitante vencedora se obriga: (para serviços)

I – A se reservar em sua rede, local para o pleno desempenho e acompanhamento e fiscalização do serviço pelo agente indicado pela contratante.

18.4 Durante a vigência do contrato, toda a correspondência enviada da licitante vencedora para à contratante, deverá ser encaminhada, exclusivamente por meio de engenheiro Fiscal ou preposto, indicado pela Prefeitura Municipal de Toropi-RS.

**19– DA DOTAÇÃO**

19.1As despesas decorrentes da licitação correrão por conta da seguinte dotação orçamentária: Proj./Atv. 1004 Ampliar e Reformar áreas escolares – (111/2017) 4.4.90.51.00.00.00.00 0031 Obras e Ampliação.

**20 – DOS ESCLARECIMENTOS**

20.1 Os interessados que desejarem quaisquer maiores esclarecimentos sobre este Edital de Tomada de Preços 09/2017, serão atendidos, durante o horário de expediente, na Prefeitura Municipal de Toropi-RS no setor da Secretaria Municipal da Administração, localizada a rua Fernando Ferrari, 235.

**21- DOS ANEXOS**

21.1 As especificações referentes à forma de execução do objeto licitatório constarão na forma de anexos os quais deverão ser tidos como padrão de execução, como:

ANEXO I – Minuta de Contrato;

ANEXO II - Projeto Arquitetônico;

ANEXO III – Cronograma físico-financeiro;

ANEXO IV – Memorial Descritivo;

ANEXO V – Planilha Orçamentária;

ANEXO VI - Credenciamento;

ANEXO VII - Declaração de cumprimento de habilitação;

**22– DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

22.1 É facultado à Comissão Permanente de Licitações, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligências destinadas a esclarecer ou completar a instrução do procedimento licitatório, ou solicitar esclarecimentos adicionais aos licitantes, que deverão ser satisfeitos no prazo máximo de 24 horas.

22.2 A Prefeitura Municipal de Toropi-RS, poderá revogar a presente licitação por interesse público, bem como anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou mediante provocações de terceiros.

22.3 A anulação do procedimento licitatório, por motivo de ilegalidade, não gera obrigações de indenizar, por parte da Prefeitura Municipal de Toropi-RS ressalvando o disposto no parágrafo único do artigo 59 da Lei nº 8.883/93 de 21 de junho de 1993 alterada pela Lei 8.883/94.

As decisões da Comissão somente serão consideradas definitivas depois de homologadas pelo Prefeito Municipal de Toropi-RS.

 Toropi, 02 de Outubro de 2017.

**LAURO SCHERER**

**PREFEITO MUNICIPAL**

**ANEXO I**

# MINUTA DE CONTRATO

 Que fazem entre si, por este instrumento particular, o **MUNICÍPIO DE TOROPI**, CNPJ 01.539.271/0001-82, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, Sr. LAURO SCHERER**,** brasileiro, casado, residente e domiciliado em Toropi, de ora em diante denominado como CONTRATANTE e, de outro lado o a empresa ............................................., sediada na Rua ........................................, CNPJ nº...................................., ora em diante denominada simplesmente **contratada,** e com base na licitação Tomada de Preços nº homologada em , celebram o presente, nos termos das cláusulas que se seguem:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

Parágrafo 1° - Para execução da obra de ampliação da Escola Municipal de Educação Infantil de Toropi, cuja área de 112,00m², conforme memorial descritivo, cronograma físico-financeiro, planilhas orçamentárias, projetos e demais dispositivos deste edital.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO PREÇO**

Parágrafo 1º - O valor a ser pago pela execução do objeto será de R$ ( ) conforme cronograma físico financeiro em anexo.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DO PAGAMENTO**

Parágrafo 1º - O pagamento das obras licitadas será efetivado em parcelas mensais de valor correspondente aos serviços realizados pela licitante vencedora, conforme o cronograma físico-financeiro, desde que verificados e certificados pela fiscalização do Município. Ainda, mediante apresentação dos seguintes documentos pela licitante vencedora:

 a) laudo de vistoria do engenheiro do município de Toropi, contendo: serviço realizado; valor a ser liberado; fase respectiva; autorização de pagamento; e demais dados considerados pertinentes pela engenharia.

 b) nota fiscal respectiva contendo: descrição sumária dos serviços realizados; respectiva fase a que a nota faz referência; e devidos tributos e valores pertinentes.

 c) cópia da folha de pagamento (dando plena quitação de salários, INSS, FGTS, adicionais e demais vantagens) de todos os funcionários participantes na obra, no período respectivo ao pagamento.

 d) declaração (devidamente assinada pelo diretor geral e pelo responsável contábil pela empresa) de que a empresa recolheu, no período respectivo, todos os valores, exigidos pela legislação, referente a encargos ou tributação, resultantes da execução do objeto respectivo.

 e) ao último pagamento deverá ser acrescida cópia do recebimento descrito no item “9.7” deste edital e a CND da Obra junto ao INSS (ficando todos os encargos a cargo da licitante vencedora).

Parágrafo 2º - Os pagamentos só serão efetivados após emissão da Ordem de recebimento dos serviços por parte do responsável fiscal da contratante.

Parágrafo 3º - Na ocasião do pagamento serão retidos os tributos previstos em lei, incluindo o ISS.

Parágrafo 4º - A fatura final fica condicionada a apresentação da negativa do INSS referente a obra.

**CLÁUSULA QUARTA– DOS PRAZOS**

Parágrafo 1º - Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á a do vencimento.

Parágrafo 2º - Só se inicia e vencem os prazos referidos neste item em dia de expediente na Prefeitura Municipal de Toropi – RS.

Parágrafo 3º - As obras, objeto deste Edital de Tomada de Preços, deverão ser efetivadas em prazo de 120 (cento e vinte) dias, iniciada a contagem a partir do recebimento da Ordem de Serviço. Este prazo poderá ser prorrogado, uma única vez, por um período de mais 30 (trinta) dias, quando solicitado durante o seu transcurso pela parte desde que ocorra motivo justificado, aceito pela Prefeitura Municipal de Toropi, promotora da licitação.

Parágrafo 4º - O prazo que se refere o item anterior poderá ser prorrogado, no máximo trinta dias, desde que solicitado a autoridade competente a prorrogação, esta aceite, em prazo mínimo de 20 (vinte) dias antes do término do contrato, comprovando a justa causa do pedido.

Parágrafo 5º - O prazo para início dos trabalhos fica fixado em 05 (cinco) dias a partir do recebimento da Ordem de Serviço.

**CLÁUSULA QUINTA – DA GARANTIA**

Parágrafo 1º - A critério do banco, em cada caso, e desde que prevista no Edital, poderá ser exigida prestação de garantia nas contratações de obras.

Parágrafo 2º – São modalidades de garantias:

I – Caução em dinheiro, em títulos da dívida da União ou fidejussória.

II – Fiança Bancária.

III – seguro-garantia.

Parágrafo 3º - As garantias a que se referem os incisos I, II e III do parágrafo anterior serão de 5 % (cinco por cento) do valor do contrato.

Parágrafo 4º - A carta de Fiança Bancária será obrigatoriamente apresentada no seu original e terá a validade por todo o período de execução do contrato.

Parágrafo 5º - Além da garantia do contrato, a contratante se reserva o direito de exigir compromisso de entrega de material ou equipamento firmado pelo fabricante ou por seu representante autorizado.

Parágrafo 6º - A contratante poderá exigir da contratada, seguro para cobertura de danos pessoais ou materiais porventura causados em decorrência da execução do objeto do Contrato.

Parágrafo 7º - A garantia prestada pela contratada será liberada após o recebimento definitivo das obras, e emissão do respectivo termo. Contudo reverterá a garantia em favor a Contratante, no caso de rescisão do Contrato por culpa exclusiva da contratada, sem prejuízo da indenização por perdas e danos porventura cabíveis.

**CLÁUSULA SEXTA - DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO**

Parágrafo 1º - O contrato poderá ser alterado nos seguintes casos:

I – Unilateralmente pela contratante:

a) Quando houver modificação do projeto ou das especificações. Para maior adequação técnica aos seus objetivos.

b) Quando necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo, alteração ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos pela Lei nº 8.883/94.

II – Por acordo das partes:

Quando conveniente a substituição da garantia de execução.

Quando necessária a modificação do regime de execução ou modo de fornecimento, em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários.

Quando necessária a modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial.

Parágrafo 2º - A contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas obras, até 25% do valor inicial do contrato.

Parágrafo 3º - Se no contrato não houverem sidos contemplados preços unitários para as obras, esses serão fixados mediante acordo entre as partes, respeitados os limites fixados no subitem anterior.

Parágrafo 4º - No caso de supressões das obras, se a contratada já houver adquirido os materiais e posto no local dos trabalhos, deverão ser pagos pela contratante, pelos custos de aquisição, regularmente comprovado.

Parágrafo 5º - No caso de acréscimo nas obras, os adiantamentos contratuais poderão ultrapassar os limites previstos no Parágrafo 1º inciso I, desde que não haja alteração no objeto do Contrato.

Parágrafo 6º - Quaisquer tributos ou encargos legais, criados, alterados ou extinto, após assinatura do contrato, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão em revisão destes para mais ou para menos, conforme o caso.

Parágrafo 7º - Havendo alteração unilateral do contrato, que aumente os encargos da contratada, a contratante deverá restabelecer, por adiantamento, o equilíbrio econômico-financeiro inicial.

**CLÁUSULA SETIMA – DA EXECUÇÃO DO CONTRATO**

Parágrafo 1º-O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avançadas, respondendo cada qual pelas conseqüências de sua inexecução total ou parcial.

Parágrafo 2º-A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por um representante da Contratante, sendo o Engenheiro do Município ou seu representante.

Parágrafo 3º-O representante da contratante anotará em livro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do Contrato, determinando o que for necessário a regularização das faltas ou defeitos observados. As decisões de providências que ultrapassem a sua competência serão solicitadas aos seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

Parágrafo 4º- A contratada deverá manter no local das obras preposto aceito pela contratante, para representá-la na execução do Contrato.

Parágrafo 5º- A contratada é obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstituir ou substituir, as suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificar vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados.

Parágrafo 6º- A contratada é responsável pelos danos causados diretamente à contratante ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato, não excluindo ou reduzindo esta responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado.

Parágrafo 7º- A contratada assume inteira e expressa responsabilidade pelas obrigações sociais e de proteção a seus empregados, bem como, pelos encargos previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do Contrato.

Parágrafo 8º- É de responsabilidade da licitante vencedora a matrícula no INSS das obras, bem como, a sua baixa ao final da obra, sem qualquer custo para administração municipal.

Parágrafo 9º- A inadimplência da licitante vencedora, com referência aos encargos referidos neste item, não transfere a contratante a responsabilidade de seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato ou restringir a regularização e o uso das obras e edificações, inclusive perante o Registro de imóveis.

Parágrafo 10º- A contratada será responsável pelo recolhimento dos valores das ART's necessária para execução do objeto e apresentação a Prefeitura Municipal de Toropi para iniciar a obra.

Parágrafo 11º- Nenhuma das fases do objeto poderá ser terceirizada pela licitante vencedora, logo, é do seu encargo e responsabilidade todas as fases constantes no objeto.

Parágrafo 12º- A contratada deverá entregar ao representante fiscal da Administração Municipal, antes do início da obra, o planejamento de segurança e prevenção de acidentes devidamente assinado por um técnico ou especialista em segurança do trabalho, com o respectivo registro profissional na entidade competente, juntamente com a ART ou RRT. Poderá ser exigido a ART ou a RRT de projeto e de execução de segurança do trabalho.

Parágrafo 13º- O objeto será executado conforme cronograma aprovado pela engenharia do município e para o início de cada fase do objeto deverá ser emitido uma nova ordem de serviços, autorizando o licitante vencedor a iniciar os trabalhos.

Parágrafo 14º- Compreende-se como fase do objeto cada uma das parcelas do cronograma físico-financeiro apresentado na forma de Anexo

Parágrafo 15º- É obrigatório o uso de EPI’s, no local da obra, sob risco de aplicação de penalidades a licitante vencedora.

Parágrafo 16º- É de responsabilidade da licitante vencedora disponibilizar e custear os EPI’s aos funcionários da Obra.

Parágrafo 17º- A Contratada, na execução do contrato não poderá subcontratar parte(s) da(s) obra(s).

Parágrafo 18º- A contratada é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

**CLÁUSULA OITAVA - DA INEXECUÇÃO E DA RESCISÃO DE CONTRATO**

Parágrafo 1º - A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as conseqüências contratuais e as previstas em lei.Constituem motivo para rescisão do contrato:

I – O não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos e prazos;

II – O cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, projetos e prazos;

III – A lentidão no cumprimento, levando a contratante a presumir a não conclusão de obras, nos prazos estipulados;

IV – O atraso injustificado no início das obras;

V – A paralisação das obras, do serviço ou do fornecimento sem justa causa e prévia comunicação Administração;

VI – A subcontratação parcial ou total do seu objeto, a associação do contratado ou de outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, exceto se admitida no Edital e ou no contrato, bem como a fusão, cisão ou incorporação, que afetem a boa execução deste;

VII – O desentendimento das determinações regulares da autoridade designada para fiscalizar e acompanhar sua execução, assim como as de seus superiores;

VIII – O cometimento reiterado de faltas na sua execução anotadas na forma do subitem 9.2.1;

IX – A decretação de falência, o pedido de concordata ou instauração de insolvência civil da empresa licitante ou de seus sócios-diretores;

X – A dissolução da sociedade ou falecimento do contratado;

XI – A alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que a juízo da contratante, prejudique a execução do contrato;

XII – O protesto de títulos ou a emissão de cheques sem suficiente previsão, que caracterizarem a insolvência da contratada;

XIII – Razões do interesse público;

XIV – a supressão, por parte da contratante, de obras, acarretando modificação do valor inicial do contrato, além do limite permitido neste Edital.

XV – A suspensão de sua execução por ordem escrita da contratante, por prazo superior a 90 (noventa) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou pública;

XVI – O atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela contratante, decorrente de obras, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra;

XVII – A não liberação, por parte da contratante, de área local ou objeto para execução das obras, nos prazos contratuais;

XVIII – A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva de execução de contrato.

Parágrafo 2º **-** Caso a empresa proponente vencedora da licitação, não execute total ou parcialmente quaisquer itens previstos, a contratante reserva-se o direito de executá-los, diretamente ou através de terceiros, hipótese em que aquela empresa responderá pelos custos, através de glosas de crédito e/ou pagamentos diretos a contratante.

**CLÁUSULA NONA – DAS PENALIDADES**

Parágrafo 1º - A recusa da adjudicatária em assinar, aceitar ou reiterar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Prefeitura Municipal de Toropi-RS, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-a às penalidades aludidas neste edital.

Parágrafo 2º - O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado à multa de mora, fixada na norma prevista no instrumento convocatório ou no contrato.

Parágrafo 3º **-** A multa a que alude o subitem anterior não impede que a Prefeitura Municipal de Toropi-RS rescinda unilateralmente o contrato e aplique as outras sanções previstas neste Edital.

Parágrafo 4**º -** Pela inexecução total ou parcial do contrato, a Prefeitura Municipal de Toropi-RS poderá, garantida prévia defesa, aplicar ao contratado as seguintes sanções:

I – Advertência;

II – Multa, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato;

III – Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Toropi-RS, por um prazo não superior a 02 (dois) anos;

IV – Declaração de idoneidade para licitar ou contratar com a Administração Estadual ou Municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

Parágrafo 5º **-** A sanção estabelecida no inciso IV do parágrafo 4º é alçada da autoridade competente, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de 10(dez) dias da abertura de vista.

Parágrafo 6**º -** Será aplicada multa de 0,33% (zero, trinta e três décimos pó cento) ao dia, até que o trigésimo dia de atraso, sobre o valor do objeto contratual não realizado, quando a contratada, sem justa causa, deixar de cumprir, dentro do prazo estabelecido, a obrigação assumida**.**

Parágrafo 7º **-** Será aplicada multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da contratação, quando a contratada:

I – Recusar-se a assinar o contrato, estando a sua proposta de validade.

II – Recusar-se a efetuar o recolhimento da garantia;

III – Prestar informações inexatas ou criar embaraços a fiscalização;

IV – Transferir ou ceder suas obrigações, no todo ou em parte, a terceiros, sem prévia autorização da contratante;

V – Executar o objeto contratual em desacordo com os projetos e normas técnicas ou especificações, independente da obrigação de fazer as correções necessárias, as suas expensas;

VI – Desatender as determinações da fiscalização;

VII – Cometer qualquer infração as normas legais, federais, estaduais e municipais, respondendo ainda palas multas aplicadas pelos órgãos competentes em razão da infração cometida;

VIII – Cometer faltas reiteradas na execução do objeto contratual;

IX – Não iniciar sem justa causa, a execução do objeto contratual, prazo fixado;

Parágrafo 8º **-** Será aplicada multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor da contratação, quando a contratada:

I – Ocasionar sem justa causa, atraso superior a 30 (trinta) dias na execução do objeto contratual;

II – Recusar-se a executar, sem justa causa, no todo ou em parte o objeto contratual;

III – Praticar, por ação ou omissão, qualquer ato que, por imprudência, negligência, imperícia, dolo ou má fé, venha a causar dano a contratante ou a terceiros, independentemente da obrigação da contratada de reparar danos causados.

Parágrafo 9º **-** As sanções previstas nos incisos III e IV do parágrafo 4º, poderão também ser aplicadas as empresas ou profissionais que, em razão dos contratos redigidos pela Lei 8.666 de 21 de junho de 1993:

I – Praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal, recolhimentos de qualquer tributos;

II – Praticarem atos ilícitos, visando a frustrar os objetivos da licitação;

III – Demonstrarem não possuírem idoneidade para contratar com a Administração;

**CLÁUSULA DÉCIMA - RECEBIMENTO DO OBJETO**

Parágrafo 1º - Executado o contrato, o seu objeto será recebido:

I – Em se tratando de obras e serviços:

a) Provisoriamente, pelo responsável pelo seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, dentro de 15 (quinze) dias da comunicação escrita da contratada;

b) Definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, após decurso do prazo de observação, ou de vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais, observado o disposto no subitem 9.4.

Parágrafo 2º - O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança da obra, nem a ético-profissional, pela perfeita execução do contrato.

Parágrafo 3º - O prazo a que se refere a alínea “b”, inciso I, deste subitem não poderá ser superior a cento e vinte dias, salvo em casos excepcionais, devidamente justificados e previstos no Edital.

Parágrafo 4º - Nos casos de aquisição de equipamento de grande vulto, o recebimento far-se-á mediante termo circunstanciado e, nos demais mediante recibo.

Parágrafo 5º - Salvo disposições em contrário, constante no Edital, os ensaios, testes e demais provas exigidos por normas técnicas oficiais para boa execução do objeto do contrato, correm por conta da contratada.

Parágrafo 6º - A contratada rejeitará no todo ou em parte, obras, se em desacordo com o contrato.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA RESPONSABILIDADE E OBRIGAÇÃO**

Parágrafo 1º - A contratada declara ter pleno conhecimento do local onde se executará os objetos da licitação, e de suas condições pelo que reconhece ser perfeitamente viável o cumprimento integral e pontual das obrigações assumidas.

Parágrafo 2º - A contratada se obriga (OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA)

I – A substituir, no prazo máximo de uma semana, pessoa ou empregado que cuja permanência no local de execução do objeto da licitação seja de sua responsabilidade e esteja prejudicando o bom andamento dos trabalhos.

II – A refazer as suas expensas, quaisquer obras e serviços executados em desobediência às Normas Técnicas Vigentes.

III – A remover, após a conclusão dos trabalhos. Entulhos, restos de materiais e lixos de qualquer natureza, das obras objeto da presente licitação.

IV – A cumprir todas as normas regulamentadoras sobre a Medicina do Trabalho.

V – Construir e manter seus escritórios, alojamentos e demais dependências, no canteiro de obras, dentro de condições de absoluta higiene.

VI – Fornecer todo o material necessário para a correta execução do objeto, bem como realizar todos os serviços.

Parágrafo 3º - A contratada se obriga: (para serviços)

I – A se reservar em sua rede, local para o pleno desempenho e acompanhamento e fiscalização do serviço pelo agente indicado pela contratante.

Parágrafo 6º - Durante a vigência do contrato, toda a correspondência enviada da contratada para a contratante, deverá ser encaminhada, exclusivamente por meio de engenheiro Fiscal ou preposto, indicado pela Prefeitura Municipal de Toropi-RS.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA DOTAÇÃO**

Parágrafo único - As despesas decorrentes da licitação correrão por conta da seguinte dotação orçamentária: Proj./Atv. 1004 Ampliar e Reformar áreas escolares – (111/2017) 4.4.90.51.00.00.00.00 0031 Obras e Ampliação.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA– DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

Parágrafo 1º - Os casos omissos no presente contrato serão regulados pelas normas da Lei 8.666/93, aplicando-se supletivamente os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

Parágrafo 2º - Assim, por estarem certos e ajustados, segue o presente firmado em três vias de igual teor e forma, ficando eleito desde já o Foro da Comarca de São Pedro do Sul, para dirimir quaisquer dúvidas que advenham do presente contrato.

Toropi, de de 2017.

LAURO SCHERER

CONTRATANTE CONTRATADA

Testemunhas:

Egles Eloadir de Oliveira

James Dupont